

**24 de setembro de 2019**

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*



## **SETOR DE MINERAÇÃO TRAÇA ESTRATÉGIAS PARA A RETOMADA**

O setor de mineração, que se tornou assunto constante nos debates sobre segurança operacional e meio ambiente depois dos desastres de Brumadinho, em janeiro, e de Mariana, em 2015, vem tentando se reerguer. Em outubro, o Serviço Geológico do Brasil irá coordenar um leilão de direitos minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO), com potencial para cobre, zinco e chumbo, e a Agência Nacional de Mineração (ANM) prepara outro certame, desta vez com mil áreas, para novembro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a estimativa de faturamento para 2019 é de US\$ 35 bilhões, a se manter a alta dos preços das principais commodities minerais ao longo do ano. Será uma receita superior à registrada em 2018, que ficou em US\$ 34 bilhões. Levantamento feito pelo Ibram antes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho mostrava intenção de investimentos no setor de US\$ 19,5 bilhões para o período 2018-2022.

Estes aportes - que seriam destinados ao aumento de capacidade e manutenção de operações, contemplando projetos de ferro, ouro, cobre, zinco, bauxita, terras raras e os chamados minérios industriais - foram definidos num momento anterior às novas regras de segurança da ANM, que exigem o descomissionamento de barragens a montante (semelhantes à de Brumadinho).

O minério de ferro, a estrela do setor na pauta de exportações, e mais ouro, ferro-nióbio, cobre, bauxita, manganês, pedras naturais e de revestimentos e caulim figuram entre os que mais ajudaram a engordar a receita com vendas externas do setor em 2018, quando este respondeu por 36,6% do saldo comercial brasileiro. Do valor total com exportações, de US\$ 29,9 bilhões, a maior parte foi obtida graças ao ferro: 68%.

Cobre e ouro contribuíram com 9% cada um, o ferro-nióbio com 7% e pedras ornamentais com 3%. Vários outros participaram com cerca de 1%, como, por exemplo, o manganês, a bauxita e o caulim. Foram embarcados, no ano passado, mais de 409 milhões de toneladas de bens minerais, que equivalem a 12,5% do total exportado.

O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria extrativa mineral é de 1,4%, sem contar petróleo e gás, e o setor responde por 16,8% do PIB industrial. Emprega diretamente 180 mil pessoas, além propiciar outros dois milhões de vagas indiretas. Ocupa 0,5% de todo o território nacional e produz mais de dois bilhões de toneladas por ano. No ano passado, os agregados para construção civil e o minério de ferro lideraram o ranking de produção, com 450 milhões de toneladas cada um. Logo atrás veio a bauxita, com 35 milhões de toneladas.

De acordo com especialistas, o Brasil tem potencial para muito mais na mineração. Mas a atividade, que vinha avançando em termos regulatórios desde o fim de 2017, com a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e medidas que modernizaram o código mineral, agora enfrenta uma série de novas propostas de leis e regras mais rígidas, apresentadas por parlamentares federais e estaduais de Minas Gerais na esteira da comoção com o desastre de Brumadinho. Entre elas, há aumento de impostos

O presidente do conselho diretor do Ibram, Wilson Brumer, observa que há propostas de leis superpostas entre si e com o que já existe na legislação. “É preciso separar penalização de tributação. Se alguém tem de ser penalizado, que seja, mas não vamos criar essa confusão, porque isso cria insegurança jurídica que vai afugentar o investidor.” Segundo ele, o setor não defende uma mineração a qualquer custo, e sim com segurança, “mas deixar as empresas paralisadas não é a solução”, ressalta.

O Brasil tem 9.415 minas em regime de concessão de lavra, com apenas 2% podendo ser consideradas de grande porte - aquelas que podem produzir acima de um milhão de toneladas por ano. Outros 11% são médias – produzem entre cem mil e um milhão de toneladas. A grande maioria - 87% - é de micro e pequenas empresas mineradoras, com produção de até cem mil toneladas anuais.

O setor ainda conta com 1.820 lavras garimpeiras, 13.250 licenciamentos (areia, cascalho e argila) e 830 complexos de águas minerais. Ou seja, trata-se de um universo complexo. “Temos de olhar as micro, pequenas e médias empresas. Se acontece alguma coisa, elas não têm condição de reparação”, diz Brumer.

O Ibram, que até pouco tempo atrás era visto como defensor dos interesses de uma ou de algumas grandes mineradoras, mudou sua forma de atuação para ser, de fato, representante da mineração. Busca fortalecer um setor mais transparente, seguro, com uma comunicação melhor e mais próximo dos municípios e da cadeia produtiva. Vem atraindo fornecedores e startups para debater e desenvolver tecnologias e soluções em conjunto, realizando seminários e encontros setoriais.

“Todos estão conscientes de que problemas não afetam uma só empresa, mas o setor como um todo. Temos dado muito foco à inovação, não só do ponto de vista operacional, mas também na comunicação e na transparência”, diz Brumer. Para ajudar a reerguer a imagem setorial, foi encomendada uma pesquisa ao Reputation Institute.

Para Brumer, a ANM, que substituiu o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), deve ser fortalecida e pode dar a regulação necessária ao setor. Em novembro, um mês depois do leilão previsto do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis, a agência pretende ofertar, em leilão eletrônico, as primeiras mil áreas de uma lista de 20 mil disponibilizadas, cujos requerentes anteriores perderam os direitos minerários ou eles expiraram.

Brumer vê tais ofertas como positivas para despertar novos apetites para o setor. “É um modelo novo, vamos ver se vai funcionar”, diz. Mas lembra que a disposição de investir está ligada à segurança jurídica. Também defende uma sintonia entre o Serviço Geológico do Brasil (antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), detentor dos dados e informações geológicas, e a ANM.

De acordo com o diretor da ANM, Eduardo Leão, na lista das mil áreas que serão leiloadas, há locais de garimpo, pesquisa mineral e lavra que se encaixam em projetos de pequeno e grande portes. Nelas, há

dezenas de minérios diferentes – ferro, bauxita, ouro e caulim são alguns exemplos – que podem atrair investidores nacionais e estrangeiros.

O processo será em etapas. “Primeiro haverá a oferta de área. Se houver uma empresa com interesse, leva, obviamente pagando as taxas. Com mais de um interessado, abrimos para o leilão”, explica Leão. Ainda não há um cronograma definido para oferecer ao mercado todas as 20 mil áreas ao mercado. Segundo o diretor, isso vai depender do resultado da oferta das primeiras mil.

De fato, será um bom teste da capacidade do setor em atrair interessados. O sócio-diretor da KPMG em Minas Gerais, Ricardo Marques, vê dificuldades para a atração, no curto prazo, de investimentos em projetos que exijam licenciamentos complexos. Isso por conta de resistências e rigidez criadas em função dos rompimentos das barragens de Brumadinho e, antes, de Mariana, que aumentaram a sensibilidade aos impactos ambientais.

Para ele, é preciso enfrentar essa discussão e garantir transparência e mais objetividade na aprovação das licenças. “É óbvio que precisa haver o maior rigor possível no licenciamento, mas a questão é a complexidade e o tempo que se gasta para obtê-lo.” Marques vê as mineradoras mais dedicadas à chamada licença social aos projetos – o apoio das comunidades impactadas, que têm demonstrando preocupação crescente em relação à segurança.

Segundo o consultor, ações sociais tocadas pelas empresas ajudam a elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas localidades. “Sem essa licença social e o apoio das comunidades, vai ficar muito difícil operar mineração, especialmente no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais”, destaca Marques.

E tornar a atividade difícil é um tema que assusta municípios dependentes economicamente da mineração. O presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), Vitor Penido de Barros, que também é prefeito de Nova Lima (MG), teme que propostas de novas taxas e impostos para o setor, criados no calor do debate pós-desastre ambiental, possam desestimular os negócios.

“A mineração responde por mais de 50% da arrecadação dos municípios onde está presente. São recursos fundamentais para as áreas de saúde, educação e segurança”, destaca. Barros também lembra que a atividade minerária está na base de uma imensa cadeia produtiva, criando empregos e renda para os cerca de 50 municípios integrantes da Amig – dos quais 35 ficam em Minas Gerais e o restante em Estados como Pará, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

No ano passado, a arrecadação com Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) somou R\$ 3 bilhões, com Minas Gerais obtendo a maior parte: R\$ 1,31 bilhão. Em seguida, vem o Pará, com R\$ 1,29 bilhão. Enquanto o setor mineral no Brasil vai se ajustando a uma nova fase, a redução da oferta de ferro até meados deste ano manteve preços em alta.

Essa retração, lembra a analista do setor de mineração da consultoria Tendências, Yasmin Riveli, foi efeito da paralisação de operações da Vale em Minas Gerais por conta da tragédia de Brumadinho e de fortes chuvas que prejudicaram o escoamento de minério produzido pela empresa no Pará

Até julho deste ano, os preços internacionais do minério de ferro registraram alta de 38,8% sobre o mesmo período de 2018. A consultoria estima uma diminuição de 12,3% na produção doméstica em 2019. Já para 2020, a projeção é de alta de 10%. Com a queda da produção do minério de ferro neste ano, Yasmim diz que as exportações da commodity também devem recuar 10,2%. Já a receita deve crescer 19,7%, em linha com a alta dos preços internacionais do minério.

Na medida em que os embarques de minério brasileiro e australiano, que enfrentou problemas climáticos, vão avançando em 2019, a tendência é de queda nas cotações, diante dos elevados níveis do primeiro semestre. “A velocidade de recuperação dos patamares de produção da Vale é fundamental no preço do minério”, avalia o líder do setor de mineração do Centro de Energia e Recursos Naturais da EY, Afonso Sartorio.

Já para níquel e cobre, a tendência é de crescimento da demanda acima da oferta, o que tende a gerar um importante aumento da receita do cobre brasileiro, aponta ele. Ainda que a China esteja crescendo mais devagar nos últimos anos, a demanda continua alta para ferro. E, no momento, o principal fator de preço está na oferta, e não na demanda, diz

Sartorio lembra que as reservas brasileiras de minérios despertam atenção de investidores e cita o exemplo do níquel – insumo para baterias de veículos elétricos. “Temos a terceira maior reserva do mundo, 12 milhões de toneladas. Mas um cenário regulatório estável é fundamental para a captação de volumes crescentes de investimento”, afirma

Para o presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Luis Maurício Azevedo, o Brasil deveria estimular a pesquisa, uma vez que é importador de vários minérios, como carvão, potássio, cobre, zinco, entre outros. “A ausência de investimento significa não só o aumento de volume, mas também de commodities minerais importadas.”

Em 2018, o país importou principalmente potássio e carvão – que juntos somaram 77% dos gastos – além de cobre, enxofre, zinco, rocha fosfática, entre outros. Desembolsou US\$ 7,9 bilhões para comprar cerca de 42,8 milhões de toneladas.

O Ministério de Minas e Energia (MME) informa que desenvolve diversas iniciativas visando atrair investimentos em pesquisa e produção mineral. A meta é a dinamização do setor e a diversificação de commodities exploradas, com agregação de valor ao produto mineral. Segundo o MME, não há direcionamento para segmentos específicos, apesar de um foco natural para substâncias em que o Brasil é dependente de importações, para aquelas que movem a economia do país e ainda as que têm perspectivas em função das novas tecnologias.

Azevedo, da ABPM, ressalta que o país está “anos luz” atrasado em pesquisas minerais em relação a outros países produtores, como Canadá, Austrália, Peru, Colômbia e Chile, “que investem em desenvolvimento de mercados, acordos estratégicos comerciais e conhecimento interno”. Já o Brasil, afirma, está na ponta oposta, ao não investir em infraestrutura e manter entraves burocráticos aos negócios, duas razões para afastar investidores.

“Temos de aprender com outros países e perseguir a agilidade de outorga e licenciamentos, afastar a burocracia, trazer medidas de estímulo fiscal para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e praticar parcerias de investimento”, afirma Azevedo.

**Fonte: Valor**

**Autor: Simone Goldberg**

**Data: 09/09/2019**

## EXPOSIBRAM 2019 – MINAS PODE SE TORNAR POLO DE PRODUÇÃO DE TITÂNIO

Minas Gerais já é reconhecido como um player importante no cenário global de “materiais portadores do futuro”, os chamados novos minerais, incluindo o grupo de 17 elementos que compõem as terras-raras. Entre eles, destaca-se no Estado o titânio, ainda não explorado, e que tem grande potencial de mercado. A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) já está desenvolvendo projetos para transformar essa riqueza mineral em área de negócio.

A informação é do diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig), Renato de Souza Costa, que ontem participou do painel sobre “Novos materiais: desafios e oportunidades para a indústria mineral brasileira”, promovido durante a Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), evento que o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) realiza até hoje, no Expominas, região Oeste de Belo Horizonte.

De acordo com Costa, Minas Gerais tem um papel relevante nessa revolução em curso no mundo para garantir a produção e acumulação de energia e fabricação de veículos elétricos. Entre esses minerais do futuro, fundamentais nesse novo cenário, estão os elementos das terras-raras, além de lítio, grafita, nióbio, gálio, índio e titânio.

“Em Minas, o titânio se destaca entre os chamados materiais portadores do futuro, pois ainda não foi explorado e tem grande potencial de produção”, sinaliza.

Segundo ele, o Estado tem o maior recurso de titânio contido em um mineral que não é industrializado até o momento, que se chama anatásio e que pode ser encontrado nos municípios de Serra do Salitre (Alto Paranaíba) e Tapira (Alto Paranaíba) e na região no Triângulo Mineiro.

“Nós temos lá 1 bilhão de toneladas com teores altíssimos, da ordem de 20%”, e a Codemig está fazendo um trabalho para fazer disso uma área de negócio”.

No entanto, será preciso superar um grande gargalo, que é a tecnologia. E, por isso, informou Costa, a Codemig está cumprindo a primeira etapa de um processo de desenvolvimento tecnológico para tratar o anatásio.

“Estamos trabalhando no Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Mineral, ligado à UFMG, que começou em 1º de julho e tem um prazo de 15 meses para a gente entender se consegue gerar tecnologia competitiva para produzir titânio desse mineral.”. O projeto é fruto de uma parceria da Codemig com a Mosaic, empresa norte-americana que comprou a Vale Fertilizantes.

Segundo Costa, esse projeto esteve com a Vale durante muito tempo, mas o conceito da empresa era vender concentrado de minério. “O que não é o nosso conceito. Nós queremos produzir com maior valor agregado”, explicou.

### Investimentos

Segundo Costa, Minas está criando um ambiente favorável para atrair investimentos nesse segmento de materiais portadores do futuro.

Entre as ações, está a criação de um laboratório-fábrica de produção de ímãs de terras-raras; a instalação de uma fábrica de células de lítio e enxofre, em vias de construção, além de uma planta piloto

de grafeno que está sendo desenvolvida em parceria pelo Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear/MCTIC e UFMG. Uma unidade piloto está produzindo 150 quilos de grafeno/ano.

“O desafio do grafeno é a aplicação industrial. Tem aplicação específica, mas com mercado potencial enorme”, indica Costa, ressaltando que o caminho de Minas para aproveitamento de todo o seu potencial é trabalhar de forma integrada, “pesquisando e buscando aplicação industrial”.

### **Projeto visa impulsionar demanda por nióbio**

Dos materiais portadores do futuro, o diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura da Codemge, Renato de Souza Costa, destaca a produção de lítio em Minas desde 1985, em Araçuaí (Norte) e Divisa Alegre (Norte) e a liderança global em nióbio, pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) em Araxá (Alto Paranaíba). A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa), joint venture entre a Codemig e a CBMM, gerencia as jazidas, cabendo à CBMM a exploração.

“Há uma parceria da CBMM com a Toshiba e trabalhos estão sendo desenvolvidos para colocação do nióbio no mercado de baterias. Este será o tipo de bateria mais importante, em termos de carga, em tempo de carga e intensidade de carga”, explica Costa, lembrando que, inicialmente, a CBMM estudava a utilização do nióbio apenas no elemento catódico, e agora estuda também no elemento anódico.

“Então teremos nióbio nas duas pontas das células para fazer a bateria. Uma coisa fantástica, um desenvolvimento do Brasil juntamente com uma empresa japonesa”.

Em relação à grafita, Costa destaca que Minas Gerais tem uma liderança significativa no mundo. “Aqui em Itapeçerica (Centro-Oeste) se produz grafita desde a década de 40, de altíssima qualidade, 120 tipos diferentes de produtos. O Brasil é o terceiro maior produtor, tem a segunda maior reserva, e Minas Gerais é o estado que produz hoje 90 mil toneladas/ano”, informou. Segundo ele, há grande potencial também nos estados de São Paulo, Tocantins, Ceará e Bahia.

Quanto às terras-raras, nicho dominado pela China que detém cerca de 90% do mercado global, Costa vê grande possibilidade de inserção, a depender de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

“Terras raras são um elemento importante para a demanda futura com carros elétricos, equipamentos de maneira geral, utensílios domésticos, produção de energia elétrica, energia eólica... Nós temos que tirar proveito dos recursos enormes que nós temos em Minas e no Brasil”, aponta.

Para isso, argumenta, o Brasil precisaria retomar a discussão sobre projetos de terras-raras, como aconteceu de 2011 a 2015. Os modelos de fomento aos negócios de mineração da Austrália e Canadá podem ajudar no desenvolvimento do setor mineral brasileiro.

Sustentabilidade – Na avaliação de Costa, esse mercado de novos minerais está sendo impulsionado pela pressão do contingente humano e por questões ambientais, que exigem novas formas de geração e armazenamento de energia, além da redução de gases responsáveis pelo efeito estufa. Os veículos elétricos já são uma tendência em países como China, Coreia do Sul, Japão e Alemanha.

**Fonte: Diário do Comércio**

**Autor: Andréa Rocha Faria**

**Data: 12/09/2019**

## **IBRAM LANÇA GUIA COM BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA BARRAGENS**

O Guia IBRAM de Boas Práticas de Gestão de Barragens e Estruturas de Disposição de Rejeitos, lançado na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM 2019), pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), já está disponível no Portal da Mineração ([www.portaldaminerao.com.br](http://www.portaldaminerao.com.br)), onde pode ser acessado gratuitamente. Trata-se de uma publicação inédita, resultado do trabalho conjunto de cerca de 50 técnicos e executivos de mineradoras, pesquisadores, técnicos de regulação setorial, engenheiros, geólogos, projetistas, dentre outros.

O guia é focado em gestão de segurança de barragem. De acordo com Tereza Cristina Fusaro, coordenadora da publicação, foi dado enfoque nos aspectos gerenciais e operacionais ligados a segurança e estabilidade física de estruturas de disposição de rejeitos, compreendendo as diversas fases da vida útil dessas estruturas.

A seguir, algumas considerações da coordenadora Fusaro sobre o Guia.

### **Como foi o desenvolvimento do trabalho?**

O principal objetivo do Guia era buscar estruturas de disposição de rejeitos mais seguras. Existem vários guias internacionais, mas não existe um guia brasileiro com este foco. A ideia era fazer um trabalho ajustado às condições do país. Partimos de alguns guias internacionais e produzimos o nosso guia com o tema da segurança de nossas estruturas.

### **Quem é o público-alvo desse guia?**

A publicação é destinada principalmente para as equipes de gestão das estruturas de disposição de rejeitos nas mineradoras, sejam elas pequenas, médias ou de grandes organizações. É uma guia de gestão. Menos técnico e mais de gestão. Contudo, ele interessa a todos que trabalham com barragens. Seu conteúdo é bastante rico e espelha a grande contribuição que tivemos para fazer sua produção.

### **Por que o foco em gestão?**

Há um entendimento que a parte técnica evoluiu mais rápido do que a da gestão. Melhorou ferramentas, melhorou o modelo matemático, mas a parte da gestão, de como você organiza a segurança das barragens, monitora, como o plano de ação se resolve, não teria andado na mesma velocidade.

### **Gestão também é um tema que tem sido discutido na EXPOSIBRAM 2019, certo?**

O trabalho está muito alinhado com o que está sendo discutido aqui. E estamos felizes com isso. O guia foi iniciado no ano passado e tivemos o rompimento de barragem este ano. Fizemos adaptações e trouxemos ele a público. Era importante disponibilizar essa ferramenta, elaborada de forma participativa.

### **Como esse guia pode ajudar as empresas?**

Ele vai ajudar as empresas a estruturarem a segurança de suas barragens. Como eles vão se estruturar. A norma diz que você tem que fazer a inspeção, tem que ler instrumentação. Agora o guia apresenta as melhores práticas para você gerir as estruturas de disposição de rejeitos.

**Fonte: Portal da Mineração**

**Data: 11/09/2019**



## **MME DESIGNA TITULARES DE GRUPO DE TRABALHO PARA AGILIZAR PROCESSOS NA ANM**

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou, nessa quarta-feira (11), a Portaria nº 145, nomeando os integrantes do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das propostas para agilizar os processos de autorização de pesquisa e concessão de lavra da Agência Nacional de Mineração (ANM)

Representando a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do MME, foram nomeados a Secretária Adjunta da SGM, Lilia Mascarenhas Sant'Agostino, que irá coordenar o Grupo de Trabalho; e o Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral da SGM, Frederico Bedran Oliveira. Pela ANM, foram designados membros do Grupo de Trabalho, o diretor-geral Substituto da Agência, Tasso Mendonça e o Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais, Carlos Cordeiro Ribeiro.

O Grupo de Trabalho, instituído em agosto, foi criado para agilizar os processos em tramitação no âmbito da ANM, pendentes de solução por longo período.

Outras considerações foram apontadas para a criação deste Grupo. Entre elas, a importância de dinamizar o setor minerário brasileiro, agilizando a prestação dos serviços dos órgãos a ele vinculados, além da necessidade de encontrar alternativas para se resolver essa situação de atraso no atendimento de demandas junto à ANM.

Apenas em 2018, deram entrada no órgão 28.742 novos processos e 93.137 juntadas de documentos de procedimentos já em tramitação.

O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio de sua Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), prorrogou, no fim do mês de agosto (31), o prazo para a conclusão das atividades de outro Grupo de Trabalho, este criado com vistas a aprimorar o regime de exploração mineral de lavra garimpeira.

De acordo com a Portaria nº 137, o Grupo de Trabalho terá até o próximo dia 07 de outubro para apresentar o relatório final e suas conclusões. O GT foi criado no dia 17 de julho de 2019, conforme Portaria nº 108, com o objetivo de discutir e estudar a possibilidade de simplificação do regime de outorga de lavra garimpeira.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 12/09/2019**



## **NA ROTA DO OURO, REGRA FROUXA ABRE PORTA PARA O CRIME**

Considerado um investimento seguro e de grande liquidez, o ouro negociado como ativo financeiro no Brasil tem sua origem questionada por integrantes da Polícia Federal, do Ministério Público e da Agência Nacional de Mineração.



O problema, segundo eles, são regras frouxas e dificuldade de fiscalização. Isso deixa o caminho aberto para que o ouro extraído em garimpos ilegais, principalmente na Amazônia, seja empregado na produção de barras usadas no mercado financeiro.

Bancos comerciais e de investimentos, corretoras e distribuidoras de títulos são as empresas autorizadas a vender barras de ouro no país. O Banco Central diz, no entanto, que não tem competência legal ou instrumentos para averiguar a origem desse ouro.

A procedência do metal comercializado como investimento não é a única preocupação das autoridades que rastreiam a cadeia do ouro brasileiro. Zonas garimpeiras, que movimentam toneladas de ouro por ano, são vistas também como um campo fértil para lavagem de dinheiro, abrigando até operações feitas pelo narcotráfico.

Décimo segundo maior produtor de ouro em minas e dono da sétima maior reserva mundial, o Brasil é palco de duas realidades muito distintas.

A primeira é a das mineradoras, responsáveis pela maior parte da produção nacional de ouro. Em 2017, essas empresas produziram 92,2 toneladas de ouro no país, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Mineração (ANM). A produção estimada de 2018 foi de 97 toneladas, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), órgão que reúne as mineradoras. Entre as que exploram ouro estão multinacionais como AngloGold Ashanti, Kinross, Yamana e Great Panther. A maior parte das operações está em Minas Gerais e Goiás.

As mineradoras exportam quase toda sua produção. Parte do ouro retirado de garimpos legalizados também é exportado. O ouro é o segundo item da pauta de exportação mineral do Brasil, atrás do minério de ferro. Em 2018, foram exportadas 95 toneladas de ouro (US\$ 2,8 bilhões) e neste ano, até julho, 51 toneladas (US\$ 1,9 bilhão), segundo dados reunidos pelo Ibram.

A outra realidade é a dos garimpos - a zona cinzenta do negócio. Garimpos legais e ilegais movimentam de 20 a 30 toneladas de ouro por ano no país, segundo estimativas citadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e pela Associação Nacional do Ouro (Anoro). Não há dados seguros sobre o que é legal e o que é ilegal.

Algumas das regiões tradicionais, com muitos garimpos legalizados, são a bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, numa região que tem como referência o município de Itaituba; o norte do Mato Grosso, na região do município de Peixoto de Azevedo; áreas próximas a Porto Velho, em Rondônia; e em Calçoene, Amapá, local do velho garimpo do Lourenço, iniciado no século XIX

Parte desses garimpos funciona em áreas onde a lavra é legalizada por meio das Permissões de Lavras Garimpeiras (PLGs). Das cerca de 1,8 mil PLGs outorgadas pela ANM, em torno de 1,2 mil são para ouro. Quem explora essas áreas, muitas vezes, investe valores entre R\$ 1 milhão e R\$ 1,5 milhão em escavadeiras, acampamentos, mão de obra e combustível.

A PLG é um documento que passou a ser concedido pela União em 1989. Cooperativas, empresas e pessoas físicas atuam nesse ambiente, de forma legal.

Mas há um contingente de garimpeiros de ouro que trabalha em regiões vedadas a essa prática, como áreas de conservação ambiental e terras indígenas. A alegação, em geral, é que a burocracia e a lentidão do Estado em conceder PLGs acabam empurrando uma massa de garimpeiros para a ilegalidade.

Garimpos que operam fora da lei pululam pela Amazônia, com uso descontrolado de mercúrio e degradação ambiental. Estão, por exemplo, no sudoeste do Pará, na terra indígena dos caiapós, no Norte

do Mato Grosso; e nas terras dos ianomâmis, entre Amazonas e Roraima, onde neste ano houve aumento expressivo no número de garimpeiros.

No ano passado, um estudo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que reúne organizações da sociedade civil em seis países da região amazônica, apontou 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração mineral ilegais de ouro e diamantes na região. Só na Amazônia brasileira são 132 áreas, principalmente na região do Rio Tapajós.

"Não vamos ser ingênuos: o ouro de terras indígenas vai ser 'esquentado' em algum lugar", diz o geólogo Ricardo Parahyba, funcionário da Agência Nacional de Mineração, onde assessora a diretoria-geral. A forma de "esquentar", ou seja, legalizar o metal, é conhecida das autoridades.

Parte do ouro dos garimpos é enviada ao exterior, sem recolhimento de imposto, por meio de empresas comerciais espalhadas pela Amazônia, diz Paulo de Tarso Moreira Oliveira, procurador do Ministério Público Federal do Pará. O transporte, em geral, é feito em pequenos aviões a países vizinhos.

Outra parte fica no Brasil para ser usada como ativo financeiro ou instrumento cambial. Nesse caso, a primeira aquisição desse ouro saído dos garimpos deve ser feita apenas por empresas autorizadas pelo Banco Central. O BC autoriza bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e bancos múltiplos e também as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs) a fazer essa primeira compra.

As DTVMs costumam ser mais frequentes nos garimpos. Segundo o último balanço do BC, de julho deste ano, há 93 delas no país. Essas empresas têm permissão para comprar ouro de mineradoras e de garimpos. "O problema é que o mercado do ouro nos garimpos é extremamente fraudável", diz o procurador do Ministério Público Federal em Santarém (Pará), Camões Boaventura.

O ponto fraco é justamente a falta de controle nessa primeira aquisição. As empresas autorizadas pelo BC mantêm postos de compra ou representantes próximos às áreas de garimpo. E só podem comprar ouro oriundo de áreas com permissões de lavras garimpeiras. Mas elas não têm como confirmar se, de fato, aquele ouro que chega a seu balcão - geralmente no formato de "bolachas" queimadas com maçarico ou barras artesanais preparadas em fornos improvisados - vem de uma área legal na vastidão amazônica.

A legislação não exige que ninguém confirme nada, observam especialistas. O artigo 39 da lei 12.844/2013 diz que "é de responsabilidade do vendedor a veracidade das informações" sobre a origem legal do ouro. O mesmo artigo diz que "presumem-se a legalidade do ouro adquirido e a boa-fé" da empresa compradora, contanto que ela registre dados de quem vendeu a ela aquele ouro.

Só que entre a presunção e a boa-fé existe o mundo real.

"Para lavar ouro não precisa de muita coisa. Basta ter uma PLG. O sujeito retira ouro de terra indígena ou de outra área proibida, vai a uma DTVM e diz que ouro veio de uma área com permissão de lavra garimpeira", diz Boaventura.

Há 93 DTVMs com sinal verde para comprar ouro em área de extração, mas a origem do metal, se legal ou ilegal, gera dúvidas.

Às vezes, não é preciso nem isso. Um posto de compra em Santarém de uma das grandes DTVMs do país, a Ourominas, foi alvo de uma longa investigação que apontou que durante 2015 e 2018 houve fraudes na compra de 610 kg de ouro, causando prejuízo de R\$ 70 milhões à União. O posto de compra, segundo a acusação, não exigia dados de PLGs. Bastava que os vendedores do ouro dos garimpos apresentassem RG e CPF. A investigação atrelou o ouro negociado a garimpos ilegais, em uma área

adjacente às terras do índios Zo'ê. A empresa disse que não tinha responsabilidade pela conduta de seus representantes de Santarém.

Veterano em negócios com ouro, o empresário Dirceu Frederico Sobrinho, dono de garimpo de ouro no Pará e também de uma DTVM, reconhece que há uma perigosa fragilidade quando se faz a primeira aquisição. "Nós lutamos para comprar da melhor forma possível e também estamos nos expondo a um risco que não é confortável para ninguém", diz ele, que é presidente da Anoro, entidade que reúne DTVMs, refinadoras de ouro e outras empresas do setor.

"Tenho um preposto que compra o ouro dos garimpos, que cadastra os vendedores, mas se alguém que for vender declarar falsamente a origem do ouro, a responsabilidade acaba caindo sobre nós", diz o empresário.

Na mesma linha, Écio Moraes, diretor do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), afirma que "a fragilidade está entre a produção e a primeira aquisição de ouro dos garimpos, feita pelas DTVMs". E acrescenta: "Já passou da hora de o Brasil tratar desse segmento da produção primária de ouro proveniente dos garimpos da Amazônia."

A forma de registro da primeira aquisição é outro ponto fraco: segundo o MPF no Pará, as notas fiscais nos postos de compra são preenchidas manualmente. E mesmo que tudo estivesse informatizado, quem monitoraria esses dados?

"A ideia era que as DTVMs nos repassassem essas informações, só que nunca conseguimos desenvolver um sistema para isso", diz o geólogo Ricardo Parahyba, da ANM. Segundo ele, um amplo sistema está sendo desenvolvido atualmente para controlar essas operações.

Uma vez comprado pelas DTVMs ou outras instituições autorizadas pelo Banco Central, o ouro é purificado em empresas de refino, que fazem as barras no padrão usado como ativo no mercado financeiro, geralmente de 250 gramas.

"A partir do momento que o ouro é comprado pelas DTVMs, ele passa a ser rastreado. A grande pergunta é qual a sua origem até chegar ao balcão das DTVMs. Pode ser legal ou ilegal", diz Gustavo Geiser, perito criminal da Polícia Federal em Santarém.

Geiser repete o que parece ser consenso entre autoridades: é fácil comprar ouro nas vilas de garimpeiros (com dinheiro lícito ou não) e mais fácil ainda transformar esse ouro em dinheiro (lícito).

E isso faz com que o negócio dos garimpos de ouro pelo Brasil interesse não apenas a garimpeiros que se aventuram pelas matas e rios e a empresários que fazem investimentos de grande porte em suas lavras. Os garimpos de ouro também atraem o narcotráfico.

"Isso está no nosso horizonte e é muitíssimo provável. O garimpo ilegal de ouro e o narcotráfico são duas atividades ilícitas muito próximas, tanto geograficamente quanto em termos de elementos que participam de uma e de outra atividade", diz o delegado-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Silva Saraiva.

"Organizações criminosas vão onde tem dinheiro fácil e a gente observa que existe um círculo na região: ouro, droga e madeira; ouro, droga e madeira", diz Saraiva. "O capital ilegal flutua aqui nessas três pontas. É como um investidor lícito que diversifica seus investimentos. Só que nesse caso é no mercado ilegal."

O governo defende regularizar mineração em terra indígena e facilitar a regularização de garimpos. O MPF e a PF pedem uma série de ações a começar por controles informatizados sobre as transações de compra nos garimpos feitas pelas DTVMs.

Saraiva diz ver três cenários para lidar com a extração ilegal de ouro. O primeiro, regulamentar áreas de garimpo hoje clandestinos e, com isso, criar uma série de medidas. O segundo, proibir e criar condições para que o Estado possa tomar conta das reservas. "E tem o terceiro cenário que é deixar como está. É proibido, mas está acontecendo."

## Mapa do tesouro

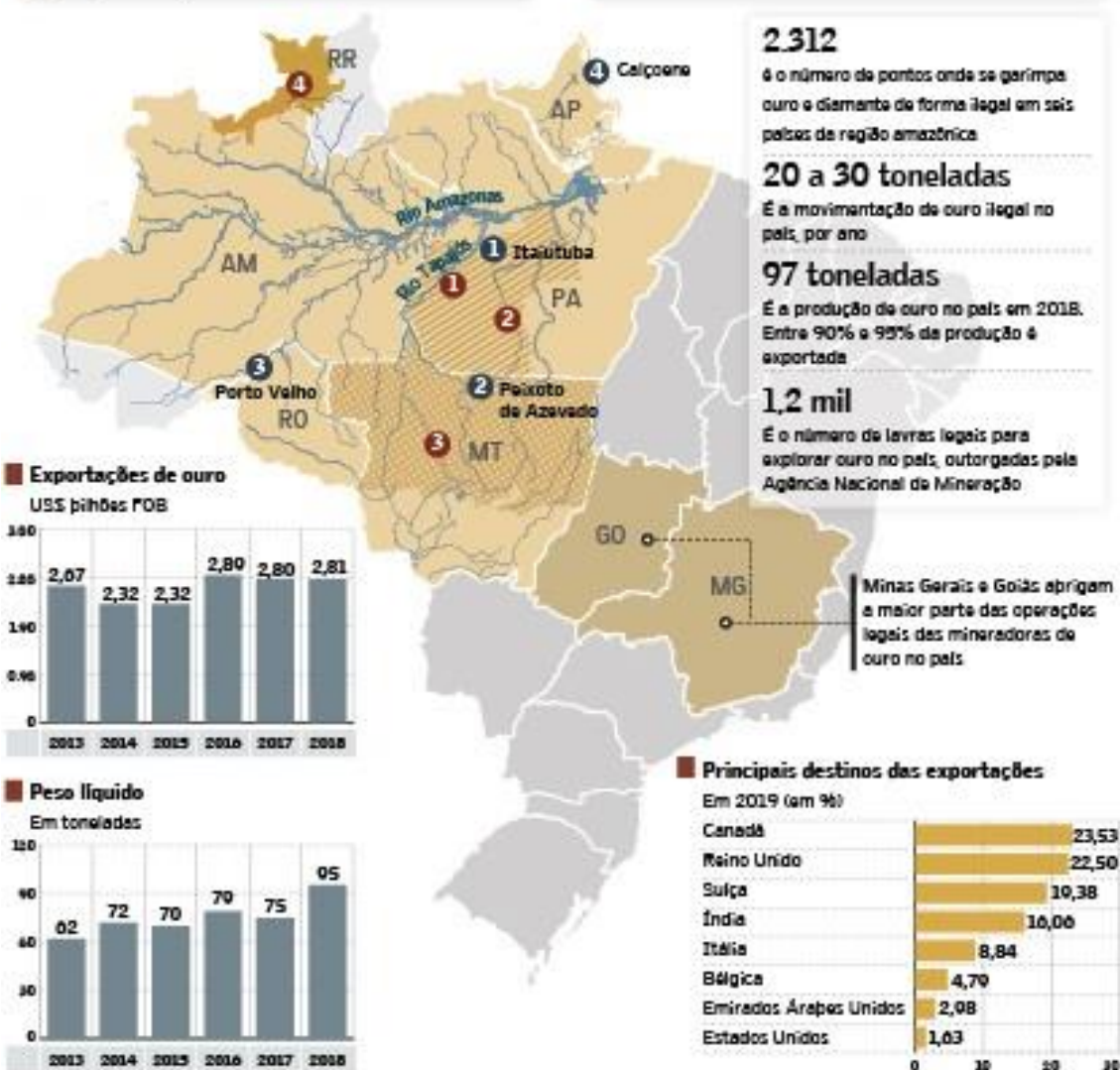
Principais áreas de extração de ouro no Brasil

### Áreas onde há predominância de garimpos legais

- 1 Pará - pacia do Tapejós, no sudoeste do Estado, no município de Itaituba
- 2 Mato Grosso - na região norte, no município de Peixoto de Azevedo
- 3 Rondônia - Porto Velho
- 4 Amapá - Calçoene

### Áreas onde há garimpos ilegais

- 1 Amazônia - rio Tapajós
- 2 Pará - na região sudoeste
- 3 Mato Grosso - região norte
- 4 Terra dos Yanomâmis - entre Amazonas e Roraima



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação Socioeconômica Geográfica (IBGE); Agência Nacional de Mineração (ANM); Associação Nacional de Ouro (Anoro); Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e Banco/Sistema Central de Estatística

Fonte: Valor

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 06/09/2019

## YAMANA ATUALIZA RESERVAS DA MINA DE OURO JACOBINA, NA BAHIA

A Yamana Gold anunciou nesta quinta-feira (5) uma atualização das reservas e estimativas de recursos minerais para a mina Jacobina, na Bahia. Segundo a empresa, após o esgotamento da produção pelo período de seis meses em 2019, a estimativa é de que a mina contenha reservas provadas e prováveis de 2,28 Moz de ouro, um aumento de 8,6% em relação ao final de 2018

Além disso, o teor da reserva mineral aumentou 2,6% para 2,4 g/t, representando um segundo ano consecutivo de aumento. Desde o fim de 2017, a classificação geral da reserva aumentou 5,3%. "A estimativa da reserva mineral e o aumento do grau da reserva mineral fornecem uma plataforma estável para a produção de longo prazo expandida e geração de fluxo de caixa livre", afirmou a Yamana em nota.

A companhia também informou uma atualização de exploração para Jacobina, demonstrando "forte crescimento no total de onças potenciais contidas e futuras". "As áreas de Canavieiras e Morro do Vento produziram excelentes novas interceptações de sondagem e espera-se que continuem fornecendo novos recursos em graus mais altos que o da vida útil da mina", afirmou.

Além disso, segundo a empresa, a área de João Belo Sur demonstrou um excelente potencial para o crescimento de recursos minerais de longo prazo. A área é imediatamente adjacente à mina de João Belo, historicamente a produtora mais importante de Jacobina.

"A melhoria nas reservas minerais e no grau nas reservas minerais atualizadas no meio do ano em Jacobina apoia a produção anual de ouro acima das 170.000 onças, conforme previamente orientado após a conclusão da fase 1 e também apoia o potencial da fase 2, que aumentaria a produção acima de 225.000 onças por ano", declarou a companhia.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 06/09/2019**



## APÓS BRUMADINHO, PADRÕES GLOBAIS DE MINERAÇÃO VISAM AUMENTAR RESPONSABILIDADES

Um painel da indústria global de mineração, encarregado de elaborar novos padrões de segurança após o desastre em uma barragem de rejeitos da Vale em janeiro, incluirá regras para melhor definir a responsabilidade administrativa, disse um líder do setor nesta quarta-feira.

O padrão de governança também ajudará a garantir análises independentes das barragens e a divulgação adequada dos riscos de segurança, afirmou Tom Butler, presidente do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), grupo industrial que está estabelecendo os padrões.

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que matou cerca de 250 pessoas, gerou um movimento para que se estabeleça regras globais para construção e inspeção de tais instalações, que contêm rejeitos enlameados da obtenção de minério de ferro, ouro, cobre e outros minerais.

O colapso ocorreu menos de quatro anos após o semelhante desastre de Mariana (MG), ocorrido na barragem de uma joint venture de Vale e BHP, empresas que fazem parte do ICMM juntamente com Barrick, Anglo American, Freeport McMoran e outras.

Embora a causa do desastre de Brumadinho ainda esteja sob avaliação, alguns especialistas sugeriram que falhas na governança da mineradora estariam, em parte, por trás do problema. O diretor financeiro da empresa disse em fevereiro que executivos de alto escalão nunca haviam recebido documentos de segurança interna indicando que a barragem possuía risco de colapso.

O ICMM representa cerca de um terço da indústria de mineração, mas Butler disse que os padrões, que estão sendo elaborados por um painel com oito especialistas em rejeitos, saúde, riscos e direito, podem influenciar o setor de forma mais ampla.

“Esperamos que haja uma escala suficiente para encorajar outros a assumi-los”, disse ele em uma sessão lotada sobre gerenciamento de barragens de rejeitos em uma conferência de mineração em Belo Horizonte, cerca de 30 km distante do local do desastre.

Um projeto dos padrões, que tratará também dos planejamentos iniciais para locais de barragens, como preparações e planos de recuperação para casos de emergências, “está quase pronto” e deve ser concluído entre o final de setembro e o início de outubro, disse Butler.

Em seguida, haverá um período de consulta pública, com os novos padrões devendo ser finalizados e divulgados no primeiro semestre de 2020, acrescentou.

**Fonte: Reuters**

**Autor: Christian Plumb**

**Data: 11/09/2019**



## **MUNICÍPIOS MINERADORES BUSCAM APRIMORAR GESTÃO DE RECURSOS DA CFEM**

A conquista da autonomia econômica é o grande desafio dos municípios mineradores. Para tanto, deverá ser estabelecida uma governança forte na gestão da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), com mecanismos de controle e gestão, sustentados por um planejamento robusto para garantir aos municípios mineradores sua sobrevivência, após a exaustão de suas minas. Esta foi a tônica do painel “Mecanismos de transparência no uso das receitas auferidas/alavancadas pela mineração”, realizado nesta quinta-feira, 12/09, dia de encerramento da Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM 2019).

Participaram do painel o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Tomás Antônio Paula; o presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil, Vítor Penido; o diretor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do governo paraense, Ronaldo Lima, representando o governo do Pará; o professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais, Bernardo Campolina Diniz; e o representante da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), Luiz Márcio Vianna. O painel foi moderado pela diretora de Acordos Internacionais e Assuntos Estratégicos, da Universidade Federal do Pará, Maria Amélia Rodrigues Enriquez.

“Não há gestão adequada dos recursos. A Cfem não poderia entrar no somatório de receitas do município”, observa o presidente da Amig, Vítor Penido, a despeito da necessidade crescente de recursos, em função do comprometimento das finanças, como alega os administradores municipais.

Estabelecida pela Constituição de 1988, a Cfem tem 60% de seus recursos destinados aos municípios mineradores. Vinte por cento dessa contrapartida deverão custear as atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico do município. Em 2018, de acordo com a ANM, foram gerados R\$ 3 bilhões em Cfem, dos quais R\$ 1,8 bilhão foi direcionado aos municípios mineradores, sobretudo produtores de ferro. A previsão para 2019 é superior: R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões para os municípios. Atualmente, Minas Gerais lidera o recebimento do Cfem: 43,7% da compensação fica nos municípios mineiros produtores de bens minerais, seguido dos municípios paraenses: 42,4%.

Penido reconhece, no entanto, que os municípios não conseguem elaborar sozinhos a autonomia econômica futura. “O debate é complexo e difícil. É preciso de um esforço conjunto para elaborar os planos que vão assegurar a autonomia do município”, observa o professor do Cedeplar, Bernardo Campolina. Segundo ele, a Cfem se perde no caixa dos entes federativos. “O estabelecimento de mecanismos de governança e um planejamento eficaz, com representantes das empresas mineradoras, estado e sociedade civil, são um caminho para essa autonomia”, observa Campolina.

Para Enriquez, a discussão em torno da governança é necessária, da mesma forma que a elaboração do planejamento desses municípios visando à autonomia econômica. “É necessária uma diretriz mais clara sobre os rumos desses municípios, bem como os da própria mineração, sobretudo em relação aos impactos sociais e ambientais. “É preciso estar atentos ao planejamento que se faz para não cair no paradoxo da abundância.”

Nesse desafio, os municípios podem contar com o apoio da Agência Nacional de Mineração, segundo seu diretor Tomás Antônio Paula. Disse que a agência está desenvolvendo o projeto Mineração 4.0, que planeja levar a mineração, dentro das competências da agência, para outra geração. E se mostrou à disposição para trabalhar em conjunto com o setor, com os entes públicos, de forma a vislumbrar a melhor forma de utilização desses recursos, “para que a população se sinta compensada, sem perder de vista a vida desses territórios para além do período de produção mineral”.

Para Ronaldo Lima, representante do governo do Pará no painel, a transparência na aplicação do Cfem é um assunto que tem que estar na pauta. “Quanto mais divulgamos, mais a sociedade passa a cobrar a correta destinação desses recursos”. Disse que municípios como Parauapebas e Canaã dos Carajás receberão, em média, R\$ 400 milhões em Cfem este ano. “É preciso planos estruturados para direcionar esses recursos.” Lima lembrou que Parauapebas trabalha com um planejamento futuro, e o governo do Pará está realizando os estudos do Plano de Negócio da Mineração, para definir os rumos da mineração no Estado.

**Fonte: Portal da Mineração**

**Data: 12/09/2019**



## BAHIA PODE SUPRIR DEMANDA MUNDIAL DE FERRO

Sem novos projetos, déficit mundial pode chegar a 300 milhões de toneladas por ano

Algumas das principais fontes de minério de ferro utilizadas atualmente no mundo estão em declínio ou vão iniciar esse processo nos próximos anos. Junte-se a isso um aumento no consumo do minério e chega-se à previsão de um déficit de 300 milhões de toneladas do produto por ano até 2028, caso não entrem novos projetos no mercado. Para os próximos anos, espera-se um aumento contínuo de demanda em torno de 1,5% ao ano. É neste cenário em que a Bahia prepara a sua entrada em um mercado que hoje é dominado no Brasil pelos estados do Pará e de Minas Gerais.

Apenas com o Pedra de Ferro, desenvolvido pela Bamin, com um investimento de aproximadamente R\$ 10 bilhões, o estado passará a produzir 18 milhões de toneladas de ferro por ano em Caetité, no Sudoeste baiano. O primeiro embarque do produto tem previsão para 2025, quando se espera que a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e o Porto Sul estejam operacionais. E na mesma região geográfica em que a Bamin tem a sua mina já pronta para operar existem outros projetos em andamento, em diferentes estágios, como o da Companhia Vale do Paramirim (CVP), além de uma área que será licitada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).

Além do compreensível e imensurável impacto social da tragédia de Brumadinho, o rompimento da barragem afetou o mercado mundial de ferro em 2019, reconheceu o diretor da CRU Group, Paul Robinson. Ele foi um dos palestrantes da Exposibram 2019, realizada nesta semana em Belo Horizonte (MG). Segundo ele, o acidente foi decisivo para interromper o movimento de alta nos preços do minério de ferro por dois anos consecutivos. “Se analisarmos um horizonte de três anos, o cenário é de um aumento de 30% nos preços”, afirmou.

Sem novos acidentes de percurso, ele acredita que o cenário em 2020 será de recuperação. Robinson destacou ainda que existe uma demanda no mercado internacional por uma oferta de minério de ferro com uma qualidade maior.

### Crescimento contínuo

O diretor da Metais & Consultoria, Roger Emslie, explica que nos últimos anos o mercado mundial de mineração vinha registrando um crescimento médio de 3% ao ano. Para os próximos anos, ele aponta a tendência de uma redução no ritmo de expansão para 1,5%, mas ressalta: “ainda assim é crescimento”.

Segundo ele, há um desafio no setor por conta do movimento de declínio de minas que respondem por parcelas significativas da produção. “Há uma grande necessidade de se construir minas novas”, diz. Se o cenário atual se mantiver, projeta, vão faltar produtos em 2028. No caso do minério de ferro, a projeção é de um déficit de US\$ 300 bilhões.

“Minas levam tempo para se desenvolver, de seis a doze anos, mas o cenário que está posto é do que investimentos em minas novas agora vai trazer retornos sólidos no futuro”, analisa.

É este o horizonte vislumbrado pela Bamin para os próximos anos. “Nós iremos entrar no mercado oferecendo um produto de alta qualidade”, explica o presidente da empresa Eduardo Ledsham. Em Caetité, a empresa vai produzir dois tipos de minérios, a hematita e o itabirito. No caso da hematita, o teor de ferro é de aproximadamente 65%, o que permite o beneficiamento a seco (reduzindo o uso de água). Este tipo de material vem sendo muito buscado no mercado internacional, principalmente o chinês por demandar menor consumo de energia para a transformação siderúrgica.



“No Brasil, apenas nós e a Vale, em Carajás, temos este produto para oferecer”, destaca Ledsham. “O mercado chinês paga um bônus por este produto porque há um plano do presidente Xi Jinping de zerar a emissão de carbono para a atmosfera e isso é algo que só vai se alcançar usando menos os fornos das siderúrgicas”, explica. Como a hematita tem um grau de pureza maior, demanda um menor esforço de transformação industrial.

Se a mina está pronta e existe demanda internacional, a comercialização da produção não será um problema para a Bamin. O grande obstáculo para que o potencial ferrífero baiano se torne realidade está na infraestrutura. Recentemente, o governo federal anunciou o adiamento do processo de licitação da Fiol, previsto inicialmente para este mês de setembro. A nova previsão é para o primeiro semestre do ano que vem.

“É óbvio que quando acontece um adiamento como este há uma necessidade de rever o cronograma. Existem janelas para a entrada de produtos no mercado internacional”, destaca Ledsham. Segundo ele, a Bamin tem conversas adiantadas com possíveis investidores interessados em participar do projeto. “A única coisa que falta para assinarmos (o contrato com esses possíveis parceiros) é o lançamento da licitação”, afirma.

Juntos, os empreendimentos da Bamin, mina e porto, vão gerar 10 mil empregos diretos e 60 mil indiretos na fase de implantação dos projetos, além de 1,5 mil diretos e 9 mil indiretos na fase de operação. A meta da empresa é contratar pelo menos 60% de mão de obra local. Atualmente, mais de 1,3 mil trabalhadores já estão qualificados a trabalhar em funções que serão demandadas durante a construção do Porto Sul.

## **Outros projetos**

Próximo à Pedra de Ferro, está sendo trabalhado um outro projeto, da CVP, do João Cavalcanti. E na mesma região a CBPM anunciou recentemente um processo de licitação de área para a pesquisa de minério de ferro. “São projetos que estão em estágios diferentes, mas que tem potencial para mudar o patamar da Bahia no mercado mundial”, acredita o presidente da CBPM, Antônio Carlos Tramm.

A licitação da área foi aberta no último dia 4 e o recebimento das propostas está previsto para o dia 8 de novembro. A empresa vencedora assinará com a CBPM um contrato se comprometendo a fazer a pesquisa complementar na área, com investimento mínimo de R\$ 2 milhões em até dois anos. Em seguida deverá ser requerida a portaria de Lavra junto à Agência Nacional de Mineração, que é a permissão para explorar comercialmente os minérios

Os trabalhos desenvolvidos pela empresa de pesquisa mineral estadual mostraram a ocorrência de minério de ferro com teores médios superiores a 40% e granulação média a fina de óxidos como magnetita, martita e hematita. A extração do ferro poderá ser feita sem a utilização de barragens, com separação magnética das substâncias, segundo a CBPM. Ao final da exploração, os rejeitos deverão ser colocados de volta na cava, diminuindo o impacto ambiental.

## **Segurança vai definir futuro da mineração brasileira**

Em meio a um protesto silencioso, a mineração brasileira recebeu um duro recado na abertura da Exposibram 2019, em Belo Horizonte. Familiares e amigos das vítimas do rompimento da barragem de uma mina da Vale em Brumadinho, a cerca de 60 quilômetros da capital mineira, aproveitaram a cerimônia de abertura do encontro para lembrar a tragédia. Não que o setor tenha esquecido dela por um instante sequer desde o último dia 25 de janeiro.

A mensagem do presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), Wilson Nélio Brumer, foi clara: segurança é a prioridade. Ele ressaltou o momento de dificuldades

enfrentadas pelo setor, mas lembrou que o melhor caminho é olhar para a frente. O futuro, defendeu, passa pela capacidade do setor em melhorar a qualidade da comunicação com a sociedade brasileira.

“Nós temos que recuperar a nossa imagem após essas tragédias. Somos um setor ruim de comunicação, que fala pouco, mas temos que abrir nossas portas para a sociedade, atender a comunidade”, defende Brumer.

Atualmente, a atividade mineral responde por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) pelo Brasil, chegando a 16,8% de participação no total da indústria, além de responder por 36% do saldo da balança comercial brasileira. Em relação à geração de empregos, são 200 mil diretos e outros 2 milhões indiretos. O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, acredita que há um grande espaço para o crescimento da atividade nos próximos anos.

“Sendo realista, não acredito que a gente vá conseguir dobrar o tamanho da participação no PIB porque estamos falando da sétima economia mundial, mas vejo um enorme espaço para o crescimento”, avalia. Tudo o que é preciso para atingir este objetivo, pondera, é deixar a zona de conforto. “É um setor que sempre se bastou. Normalmente, após o título minerário não precisa mais do governo para nada, então houve uma acomodação”, aponta.

Vidigal diz que a ideia do governo é se tornar cada vez mais um facilitador para a atividade. “Temos a convicção de que quanto menos atrapalharmos melhor”, ressalta. Nesta linha, o Ministério de Minas e Energia pretende trabalhar para dar respostas aos 210 mil processos que estão aguardando decisões no órgão. Vidigal anunciou um processo de recadastramento, para filtrar os processos que ainda interessam os investidores. “É tanta coisa parada que muita gente pode já ter resolvido, ou mesmo desistido”.

Ainda na tentativa de atuar como um facilitador para atrair investimentos, ele destacou um convênio entre o ministério e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para o fornecimento de dados qualificados sobre o setor mineral no país. “Hoje quando eu preciso de alguma informação sobre o setor, preciso me valer da iniciativa privada”, diz.

O secretário do Ministério de Minas e Energia lembrou ainda que o Brasil tem menos investimentos logísticos que os seus principais concorrentes. “Há um comprometimento do setor público no sentido de modificar essa realidade”, defende.

O Ceo da Nexa Resources, Tito Martins acredita que o futuro da mineração passa pela solução de problemas com a segurança e com os custos de produção. “Nós temos que trabalhar as pessoas, mudar as cabeças da nossa indústria. Só iremos conseguir boas alternativas se atrairmos boas pessoas, motivadas a trabalhar conosco”, acredita.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco defendeu a necessidade de “reinvenção” do setor mineral. Durante a participação na Exposibram ele fez uma análise sobre o cenário econômico brasileiro e destacou o potencial do setor mineral para ajudar o país a retomar o caminho do crescimento.

“Tragédias ambientais e humanas não devem provocar um movimento demonização da mineração. Os órgãos públicos também falharam”, avaliou. Ele lembrou que a Petrobras precisou lidar com acidentes graves no início dos anos 2000. No caso, da explosão da plataforma P36, o saldo foi de 11 mortes e uma guinada. “A Petrobras passou a tratar a segurança como uma área estratégica da empresa. Não podemos nos distrair nunca”, ressaltou.

“A Petrobras passou a buscar melhorias contínuas em seus processos, buscando identificar incidentes para prevenir acidentes”, destacou.

Castello Branco defendeu a importância que a produção de commodities pode ter para o Brasil. “Aqui nós temos um fetiche pela industrialização, que infelizmente nos impede de utilizar o nosso potencial para produzir commodities”, avaliou. Para ele, a produção de bens primários está longe de ser sinônimo de uma atividade pouco desenvolvida. “A produção de petróleo no pré-sal é muito mais complexa tecnologicamente que a fabricação de carros”, comparou. Ele citou ainda os exemplos da Austrália e da Noruega, duas potências na produção de commodities, na extração de metais e de petróleo, respectivamente.

“A Austrália não tem uma grande indústria siderúrgica, mas é uma potência na indústria de infraestrutura e de serviços”, explicou. “A Noruega se especializou na extração de petróleo no mar e hoje tem uma vez e meia o PIB da Suécia, que sempre foi o país mais rico da Escandinávia”, explicou.

Para mostrar os benefícios sociais da mineração, o presidente da Petrobras citou um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que comparou o PIB per capita dos municípios mineiros entre 1980 e 2010. O resultado, segundo ele, é que nos locais onde havia produção de minérios o crescimento do indicador era em média o dobro dos que não tinham.

O presidente do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) Tom Butler conta que a criação do órgão que congrega um terço das mineradoras do mundo se deu diante de questões como os desastres ambientais, que ameaçavam a reputação do setor na década de 90. Butler lembra ainda que a sociedade vem se modificando e cobrando novas posturas da iniciativa privada. “As empresas são cobradas a fazer coisas que antes eram cobradas apenas do poder público”, destaca.

É o que ele chama de um “novo contrato social”. Apenas a produção de recursos e a geração de riquezas deixaram de ser suficientes. “O que a sociedade exige de nós é que não apenas façamos bem nosso trabalho, mas que a gente faça o bem”, destacou.

### **Imagem do setor**

O diretor de comunicação do Ibram, Paulo Henrique Soares, acredita que é necessário reconstruir a imagem do setor. “Isso não se faz apenas pela comunicação, mas com uma mudança de postura, de atitudes. Até porque para comunicar bem é preciso que haja fatos e dados para embasar essa comunicação”, destaca.

Soares reconhece que os desastres em Minas Gerais são muito mais visíveis para a sociedade que a relevância econômica da atividade. “Somos mais de 10 mil empresas, 2 milhões de postos de trabalho e diferentes tipos de minérios, mas os fatos recentes nos desacreditam diante da sociedade”, diz. “Não posso exigir que o outro me veja de maneira diferente, sem que eu faça algo de diferente”.

**Fonte: Correio**

**Autor: Donaldson Gomes**

**Data: 13/09/2019**

**DIÁRIO DO COMÉRCIO**  
Minas é o nosso negócio

## **MINERAÇÃO FECHOU O SEMESTRE COM QUEDA EM FUSÕES E AQUISIÇÕES, APONTA KPMG**

O setor de mineração fechou o primeiro semestre deste ano com seis operações de fusões e aquisições contra nove realizadas no mesmo período do ano passado, segundo pesquisa da KPMG. A

variação representa uma queda de mais de 30% no número de transações concretizadas por empresas deste setor.

Das seis operações realizadas no primeiro semestre deste ano, duas foram domésticas, envolvendo apenas empresas brasileiras. As outras foram as seguintes: uma CB1, uma CB4 e duas CB5.

“Afetado pelos dois eventos recentes, o de Brumadinho e de Mariana, o setor de mineração permanece estagnado. A agenda das empresas do segmento hoje está voltada, principalmente, para a implementação de ações de compliance que garantam o funcionamento 100% dos reservatórios”, explica o sócio da KPMG, Paulo Guilherme Coimbra.

**Fonte: Diário do Comércio**

**Data: 06/09/2019**